

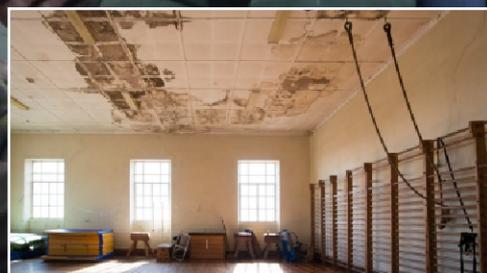
NÃO DOCENTES EXIGEM NEGOCIAÇÃO DE CARREIRAS DIGNAS

GREVE TOTAL

P.2, P.3



P.4, P.5 - FNE ENTREGA PETIÇÃO COM 6.000 ASSINATURAS NA AR



P.10, P.11 - ESCOLAS DEGRADADAS GERAM DESIGUALDADES

NESTA EDIÇÃO

P.6 - STAAE Sul e RA aposta forte na qualificação dos trabalhadores | P.7 - FNE em audição sobre número de alunos por turma | P.8, P.9 - João Dias da Silva no seminário sobre Flexibilidade Curricular do SDPSul. A escola uniforme é a mais desigualitária | P.12, P.13 - Andreas Schleicher da OCDE em Lisboa: Portugal tem que mudar para uma cultura colaborativa na Educação | P.14 - Nova avaliação da OCDE recomenda investimentos adicionais em competências | P.15 - Porto dá pontapé de saída no Projeto III do Diálogo Social | P.16 - Mais de 301 mil jovens Nem Nem em 2016 | P.17 - OAJ propõe juramento para professores | P.18 - 2017: Ano da Educação de Adultos na Europa | P.19 - É preciso uma nova teoria do capital humano | P.20 - Aos seis anos genialidade é coisa de homens | P.21 - Professores não vão ser substituídos por computadores

Não Docentes em defesa da qualidade do ensino público

Mais de 90 por cento disseram sim à greve



Mais de 90% dos trabalhadores não docentes fizeram greve no dia 3 de fevereiro de 2017, encerrando centenas de escolas públicas em todo o país, numa das maiores participações de sempre na Educação e Administração Pública, pela integração dos precários, pelo descongelamento e dignificação das carreiras.

A mensagem de descontentamento dos trabalhadores não docentes foi clara: merecemos mais respeito por parte da tutela e exigimos um maior reconhecimento pela nossa contribuição para uma educação de qualidade.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva e o Secretário-Geral da FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos), José Abraão, bem como outros destacados dirigentes sindicais das duas federações, estiveram lo-

go às 8h30m na entrada da Escola Secundária do Restelo, onde fizeram uma primeira análise do enorme impacto desta greve, que teve uma enorme adesão por parte dos trabalhadores.

De seguida, às 12h00, e já na posse de mais dados desta jornada de luta, houve lugar a uma conferência de imprensa, na sede da FESAP, em que João Dias da Silva e José Abraão lembraram os motivos mais fortes do descontentamento dos trabalhadores.

Na verdade, hoje mais do que nunca existe uma opinião unânime na sociedade portuguesa no que diz respeito à crescente degradação das condições em que os trabalhadores não docentes desempenham as suas funções nos estabelecimentos de ensino público, com vários fatores a contribuir para uma situação que está a tornar-se cada vez mais insustentável.



Não é de todo aceitável que os trabalhadores que contactam diariamente com as nossas crianças, com os nossos jovens, respetivos pais e encarregados de educação, que são muitas vezes os rostos mais visíveis das escolas, com funções cuja importância é tantas vezes descurada, tenham de recorrer ao último dos recursos, que é a greve.

Isto, é claro, na tentativa de serem respeitados enquanto trabalhadores, levando dessa forma o Governo a dar passos decisivos para a negociação de carreiras dignas, tendo em conta a especificidade das funções desempenhadas.

Neste contexto, é particularmente urgente resolver os problemas relacionados com a escassez generalizada de recursos humanos nas escolas, com a necessidade de proceder à integração dos milhares de trabalhadores precários, com o descongelamento e com a negociação de carreiras dignas.

De acordo com João Dias da Silva, a FNE estima que, no quadro atual, pelo menos dois mil assistentes operacionais são necessários para que as escolas possam viver com o enquadramento que os alunos devem ter, feito por pessoas com uma formação inicial e formação contínua vocacionada para o contexto educativo de crianças.

Confrontados com toda esta situação, os trabalhadores reagiram na união, encerrando um grande número de escolas públicas e tendo, naturalmente, a compreensão e o apoio dos pais, encarregados de educação e dos docentes, uma vez que todos querem ver resolvidos os problemas que afetam duramente os não docentes, defendendo dessa forma a qualidade do ensino público e o sucesso escolar de todos os nossos alunos.

1 – Como classifica a adesão à greve dos trabalhadores não docentes?

Verificou-se uma forte adesão à greve, que se situou perto dos 90%. Muitas das escolas foram encerradas e noutras o seu funcionamento ficou significativamente condicionado.

2 – Qual foi a mensagem que os trabalhadores quiseram deixar nesta greve nacional?

Assistimos a um grito de socorro destes profissionais face a uma realidade de trabalho tão precária, que compromete inclusive a segurança das nossas crianças nos espaços escolares.

A acentuada e grave insuficiência do número destes profissionais na supervisão de espaços de convívio livre, no apoio às Necessidades Educativas Especiais, no apoio aos problemas de indisciplina, no apoio à gestão de balneários, biblioteca, cantinas, no apoio à prestação dos primeiros socorros, entre muitas outras funções que estes profissionais são chamados a assegurar, não garante as condições mínimas para a dinamização de um espaço que se assume como educativo, formativo.

Paralelamente, estamos perante uma classe de trabalhadores altamente desmotivada devido à continuada falta de valorização do seu papel no sistema educativo.

3 – Como pode ser reconhecida e valorizada a contribuição dos trabalhadores não docentes para uma educação de qualidade?

Consideramos desde logo essencial a negociação com o Ministério da Educação da revisão dos rácios na atribuição de recursos humanos às escolas, o enquadramento legal da especificidade de funções, uma seleção adequada destes profissionais e a concretização do direito à formação contínua. Defendemos a abertura de procedimentos concursais para Coordenador Técnico, Encarregado de Assistentes Operacionais e Psicólogos, bem como a reposição da progressão nas carreiras e exigimos remunerações dignificantes.

4 – Está convicta de que estão agora criadas as condições para que o ME proceda à abertura de um quadro negocial com vista ao estabelecimento de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes?

Esta clara mensagem veiculada através da adesão maciça destes profissionais a esta greve, a par do elevado número de assinaturas colhidas para a petição criada pela FNE relativa à valorização do trabalho desenvolvido por estes profissionais nas escolas e ao restabelecimento das carreiras especiais, leva-nos a crer que estão finalmente criadas as condições para um processo negocial nesta matéria.

Lígia Couto (Vice-Presidente do STAAE-ZN)

Petição Pelo Restabelecimento das Carreiras de Não Docentes

FNE e FESAP entregam 6 mil assinaturas na Assembleia da República



Uma delegação da FNE e da FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública), liderada pelos respetivos secretários-gerais João Dias da Silva e José Abraão, entregaram, em 16 de fevereiro de 2017, à Vice-Presidente da Assembleia da República (AR), Teresa Caeiro, seis mil assinaturas da sua Petição, solicitando que sejam iniciadas negociações pelo restabelecimento das carreiras especiais de trabalhadores não docentes.

Os dois secretários-gerais, juntamente com Carlos Guimarães (Vice-Secretário-geral da FNE e Presidente do STAAEZNorte) e Cristina Ferreira (Presidente do STAAESRA) expuseram as razões que motivaram esta petição assim como as propostas que estão a submeter ao Governo.

A delegação das duas federações debateram com Teresa Caeiro outros problemas ligados ao exercício

profissional dos trabalhadores não docentes e às múltiplas dificuldades que hoje enfrentam no seu contexto educativo.

Falamos dos baixos níveis remuneratórios e do congelamento do acesso a posições remuneratórias superiores, da insuficiência dos rácios de definição do número de trabalhadores afetos a cada escola, ou ainda ausência de qualquer efeito positivo no quadro da sua avaliação de desempenho.

A petição é distribuída a uma Comissão Parlamentar, que elaborará um relatório a ser submetido ao plenário da AR. Este é, assim, mais um passo no sentido tão desejado dos Trabalhadores Não Docentes de verem definidas as suas carreiras especiais. Em complemento desta iniciativa, a FNE e a FESAP vão solicitar reuniões aos Grupos Parlamentares e será pedida também uma reunião com o Ministro da Educação.

A criação de carreiras especiais na área da Educação é uma absoluta necessidade e uma das grandes reivindicações da FNE e da FESAP. Definir conteúdos próprios da área da educação, no âmbito das carreiras especiais, garante o respeito pelas funções para as quais os trabalhadores estão preparados, bem como a sua estabilidade sócio-emocional e a qualidade do sistema educativo.

As escolas não são serviços públicos convencionais e só podem progredir com profissionais detentores de uma formação específica. Não é razoável admitir que um técnico superior, um assistente técnico ou um assistente operacional, que desempenha funções numa escola, não precise de dominar competências substantivamente distintas daquelas que são inerentes às funções que os mesmos profissionais desempenhariam na restante Administração Pública.

É por este motivo que a FNE e a FESAP solicitam que seja recomendado ao Governo que inicie um processo de negociação que vise o estabelecimento de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes. Em consequência, deverá ser também revisto e ajustado o enquadramento legal que presidiu à celebração de contratos de execução, bem como de contratos interadministrativos com os municípios, tendo em vista a transferência de competências em matéria de gestão de pessoal não docente.



1 – Como classifica a adesão à greve dos trabalhadores não docentes?

STAAE-ZC:

Um êxito, dada e confirmada pelas escolas encerradas e pela reação espontânea pelos trabalhadores ao pré-aviso de greve.

STAAES-RA:

A adesão à greve foi significativa. Um elevado número de estabelecimentos estiveram encerrados. Mais teriam estado encerrados se não tivesse havido boicote por parte de muitas direções de escolas, mudando trabalhadores de horário e de funções.

2 – Qual foi a mensagem que os trabalhadores quiseram deixar nesta greve nacional?

STAAE-ZC:

O descontentamento que os trabalhadores sentem pela falta de reconhecimento por parte dos governantes pelo trabalho que desenvolvem nas escolas em prol das crianças deste país, bem como pela falta de incentivos no desenvolvimento das respetivas carreiras, que se encontram congeladas há cerca de 11 anos.

STAAES-RA:

Uma mensagem clara ao ME, a de que estes trabalhadores merecem respeito e que são eles a linha da frente das escolas.

3 – Como pode ser reconhecida e valorizada a contribuição dos trabalhadores não docentes para uma educação de qualidade?

STAAE-ZC:

Pela criação das carreiras especiais dos trabalhadores da educação, por formação contínua e pelo descongelamento das carreiras.

STAAES-RA:

Pode ser reconhecida através de carreiras específicas da educação e valorizada através de formação e qualificação.

4 – Está convicto(a) de que estão agora criadas as condições para que o ME proceda à abertura de um quadro negocial com vista ao estabelecimento de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes?

STAAE-ZC:

A minha convicção é que o Governo só iniciará negociações com os sindicatos no âmbito das carreiras dos trabalhadores não docentes após uma votação de uma resolução da Assembleia da República nesse sentido, de acordo com o solicitado na Petição entregue na Assembleia da República pelos trabalhadores não docentes, no sentido da criação das carreiras especiais.

STAAES-RA:

Sim, só se o ME não quiser reconhecer os sinais e avisos dados pelos trabalhadores.

João Ramalho (Presidente do STAAE-ZC)

Cristina Ferreira (Presidente do STAAES-RA)



O STAAE Sul e RA tem pautado a sua atuação nos últimos tempos por uma aposta forte na qualificação dos trabalhadores de apoio educativo.

A realização destas ações tem um efeito mobilizador para os trabalhadores, traduzindo-se em novos associados e num maior interesse pelas atividades sindicais, por parte daqueles que se encontravam desinteressados e desanimados.

Mais uma vez se conclui que a formação tem um lugar muito importante na atividade sindical, sendo esta uma das vias que, atualmente, mais interesse e mobilização consegue dos trabalhadores.

No ano de 2016, em parceria com o CEFOSAP (Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional), realizámos a certificação profissional

de cerca de 160 trabalhadores. Estas ações realizaram-se todas elas no local de trabalho e em horário laboral.

A valorização e qualificação profissional tem que ser cada vez mais uma aposta forte. Só com trabalhadores qualificados e motivados teremos uma escola pública com mais e melhor qualidade.

Com este espírito de confiança e motivação fizemos a entrega dos certificados aos colegas, no passado dia 11 de fevereiro de 2017, no Hotel Barcelona, em Lisboa.

Estiveram presentes a coordenadora do CQEP do Cefosap, Isabel Mendes, os secretários executivos da UGT, Mendes Dias e Sérgio Monte, e o Secretário - Geral da FNE, João Dias da Silva.

Pela qualificação e valorização dos trabalhadores de apoio educativo.

Por carreiras específicas da educação.

É este o caminho do STAAE Sul e RA.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e RA





Gabriel Constantino

A FNE foi recebida em audiência pelo Grupo de Trabalho sobre o número de alunos por turma, da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, no que respeita a três Projetos de lei (n.º16/XIII (1.ª) – Os Verdes; n.º 148/XIII (1.ª) – PCP e n.º 154/XIII (1.ª) – BE), que estabelecem um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Nesta audiência de 24 de janeiro de 2017, baseada no parecer da FNE sobre “Iniciativas sobre o Número de Alunos por Turma e Promoção do Sucesso Escolar”, de 17 de junho de 2016, a Federação esteve representada pelos seus dirigentes do Secretariado Nacional Gabriel Constantino e Fátima Carvalho.

No parecer, a FNE acentua que os objetivos de concretizar o princípio do



Fátima Carvalho

acesso universal a uma diversidade de ofertas educativas e formativas e de promover o crescimento dos níveis de sucesso escolar, com diminuição das taxas de retenção e do abandono escolar precoce, exigem intervenções várias que devem ser articuladas entre si.

Também no que concerne à Educação Especial a FNE entende existirem medidas que deverão ser implementadas, de forma que assegurem o sucesso escolar de todos os alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Deste modo, a FNE apresentou o que em seu entender deve ser o quadro de referência para esta área: na Educação Pré-escolar fixar em 20, o número limite de alunos por sala quando se tratar de turmas constituídas por grupos homogêneos de 4 ou 5 anos; nas turmas homogêneas de 3 anos e heterogêneas de 4 e 5 anos o

número de crianças por turma é fixado em 15; e as turmas que integrem até ao limite de dois alunos com NEE não podem ter mais do que 12 crianças no total.

No que respeita ao 1.º ciclo do ensino básico, a posição da FNE é a de fixar em 20 o número limite de alunos por turma; vedar a constituição de turmas com mais de um ano de escolaridade; permitir, excepcionalmente, a constituição de turmas com dois anos de escolaridade, desde que o número total de alunos dos dois anos de escolaridade, não ultrapasse os 12 alunos; permitir, nas escolas de lugar único, a constituição de turmas com mais de dois anos de escolaridade, desde que o total de alunos não ultrapasse os 12; não permitir, nas escolas do 1.º ciclo até dois lugares, a constituição de turmas com mais de dois anos de escolaridade; e em turmas que integrem até ao limite máximo de dois alunos com NEE não permitir mais do que 15 alunos no total.

No que respeita aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário entende a FNE redefinir o número de alunos por turma, fixando em 25 o seu limite máximo; as turmas que integrem, até ao limite de dois alunos com NEE, não podem ter mais do que 20 alunos no total; e as turmas de ensino profissional e vocacional são limitadas a 15 alunos.

O texto integral do Parecer da FNE pode ser consultado [AQUI](#).

A escola uniforme é a mais desigualitária



Josefa Lopes, Presidente do SDP Sul, no uso da palavra

Mais de uma centena de associados do Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul) marcaram presença no seminário alusivo à Flexibilidade Curricular, que contou com a presença de João Costa, Secretário de Estado da Educação (SEE), João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE e Josefa Lopes, Presidente daquele Sindicato.

Integrado nas comemorações do 31º aniversário do sindicato, o evento decorreu na primeira semana de fevereiro, no Hotel Vila Galé, em Évora, tendo participado na sessão de abertura Carlos Calixto, Vice-Presidente do SDPSul e Élia Mira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Évora.

O evento pretendeu dar a conhecer a política que o Ministério da Educação (ME) tem em mente implementar, possivelmente já a partir do próximo ano letivo, no que constituirá um novo modelo de aprendizagem. Para João Costa, o objetivo do ME é o de melhorar o sucesso escolar nos estabelecimentos de ensino do país, para o que apelou à participação dos professores, que estão sempre na linha da frente de todas as mudanças educativas.

O SEE mencionou a necessidade de se flexibilizar o currículo em cerca de 25% da atual carga curricular, para “termos uma distinção entre o que é essencial e o que é flexível”. Desta forma, uma parte do currículo poderá ser adaptado às

características regionais ou ao desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

O SG da FNE frisou que a ideia de flexibilização curricular tem muito de utopia, mas afirmou ser possível a sua implementação, através de projetos-piloto alargados depois a nível nacional. Embora não se conheçam ainda os seus contornos, o SG da FNE acentuou que é obrigação da escola adequar-se às necessidades dos alunos, uma vez que “a escola uniforme é a escola mais desigualitária”. Para João Dias da Silva, a flexibilidade não pode ser entendida como uma diminuição da exigência, mas sim uma forma adequada a cada aluno para que este possa ter um percurso escolar de sucesso.

Para isso, o SG da FNE lembrou que tem que haver autonomia do docente e da própria escola, sublinhando que a autonomia do docente tem de ser apoiada e sustentada na total disponibilidade do ME para esta tarefa.

Por sua vez, Josefa Lopes apelou à importância da contribuição dos docentes, frisando a necessidade de haver um profundo esclarecimento sobre esta matéria. Nas palavras da Presidente do SDPSul, “uma alteração do currículo tem que ser decifrada” para percebermos bem o que é na essência, e o que exige, este conceito de flexibilização curricular, sobre o qual existe ainda muita pouca clarificação.

Da sua interpretação, Josefa Lopes acrescentou que se trata de adaptações do currículo, em que é possível separar o que é flexível e ajustado às reais necessidades da comunidade e da sociedade envolvente da região em que os alunos se encontram, tendo sempre em conta as metas finais.



João Costa, Paulo Fernandes e João Dias da Silva (à direita)

A presidente do SDPSul mostrou-se congratulada com este evento e com o elevado nível de participação dos associados, salientando que é sempre um momento de reflexão importante que leva à identificação dos principais problemas do momento: a precariedade laboral entre os professores; o excesso de trabalho que tem levado à transposição do limite entre o tempo de trabalho e o tempo individual; a falta de incentivos; a ausência de progressões na carreiras e, conseqüentemente, as baixas remunerações dos professores.

O seminário contou ainda com um debate, moderado por Paulo Fernandes, Vice-Presidente do SDPSul.

A sessão de encerramento esteve a cargo de Jorge Santos, Presidente da FNE, Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT e Josefa Lopes, Presidente do SDPSul. No final decorreu um jantar comemorativo do 31º aniversário do sindicato, que ocorreu em 31 de janeiro de 2017.



Escolas degradadas são fator de insucesso

Vamos a obras



Escola Secundária Alexandre Herculano - Porto

O sistema educativo português conta com inúmeras escolas em diferentes estados de degradação, que fazem a vida negra a alunos, professores, diretores, trabalhadores da educação, pais e comunidades educativas. O problema atinge com mais intensidade algumas zonas do país, onde o frio e a chuva são mais ferozes, constituindo-se, assim, como mais um fator perturbante de agravamento de desigualdades e do insucesso escolar.

Mais recentemente, a Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto, e a Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, tornaram-se mais dois símbolos desta realidade, trazendo-nos à memó-

ria este sombrio contexto educativo, que contrasta com as condições proporcionadas a menos de 200 escolas secundárias, que beneficiaram da intervenção do programa da Parque Escolar.

Uma das mensagens constantes de vários estudos e relatórios nacionais em Educação – incluindo os vários “Estados da Educação” do CNE / Conselho Nacional de Educação – é a de que a equidade do sistema exige uma atenção redobrada aos estereótipos e às desigualdades que persistem, incluindo a correção de assimetrias na distribuição de recursos oferecidos a crianças e jovens de ambos os sexos.

No entanto, a juntar a assimetrias entre a oferta e a procura de serviços de educação, assimetrias entre o litoral e o interior, entre o urbano e o rural, entre regiões e municípios, para não falarmos de outras, os alunos portugueses enfrentam ainda assimetrias profundas no que respeita à qualidade dos edifícios escolares e a circunstâncias desiguais de uma educação de qualidade.

Tais divergências prejudicam a promoção do sucesso escolar e as condições físicas, psicológicas e pedagógicas dos docentes e demais profissionais da educação nas escolas.

REABILITAR É PRECISO!

Promover o sucesso escolar, a igualdade e a equidade é também requalificar as escolas em estado de degradação e construir novas unidades, garantindo deste modo, a todos os alunos, contextos e condições físicas igualitários, capazes de garantir uma escola de qualidade.

Baldes no chão a receber gotas de água, tetos abertos, vidros partidos, madeiras rasgadas, soalhos cheios de falhas ou alunos a tremer de frio e de desconforto em salas de aula são a antítese do que uma escola deveria oferecer e autênticos entraves a um normal processo de ensino-aprendizagem.

Lembramos a propósito a campanha global “*Unidos por uma Educação de Qualidade*”, levada a cabo pela Internacional da Educação e pelo Comité Sindical Europeu da Educação - CSEE (sua Região Europa) em 2014. Essa campanha identifica três pilares da Educação de Qualidade, de onde surgem 10 mensagens-chave para todos os parceiros com interesses no setor da Educação.

Os três pilares da Educação de Qualidade são: 1) *Professores de Qualidade*: os professores são o recurso educacional mais importante e um determinante crítico da qualidade; 2) *Ferramentas de qualidade*: isto é: programas apropriados e materiais e recursos inclusivos de ensino e aprendizagem, in-

cluindo as TIC; e 3) *Ambientes de Aprendizagem de Qualidade*: ou seja, *instalações de apoio* a salvo e seguras que permitam aos professores ensinar e aos alunos aprender.

Estes três pilares constituem elementos essenciais de uma educação de qualidade para um futuro global bem sucedido. E o apoio a cada um deles ajudará a garantir que a educação de qualidade continue a ser a base de um futuro sustentável, pacífico e próspero.

A partir dos três pilares determinam-se então dez mensagens-chave para responder à pergunta: “O que é necessário para melhorar a qualidade da Educação na Europa?”.

Ora, a segunda dessas mensagens é concretamente “A Visão de uma educação de qualidade dos sindicatos de professores europeus”, onde se nota que as organizações filiadas no CSEE exigem um acesso universal e gratuito a professores qualificados, a ferramentas e recursos de ensino modernos e a “*ambientes físicos fiáveis e seguros* para o ensino e a aprendizagem, sensíveis à igualdade de género e completamente livres de discriminação”.

Num país como o nosso, onde assimetrias várias constituem um fator negativo de diferenciação, termos edifícios escolares muito bons, bons, suficientes e péssimos, é mais um fator de desigualdade e de ausência de equidade no sistema educativo.



Escola Secundária José Falcão - Coimbra

Andreas Schleicher da OCDE em Lisboa:

Portugal tem que mudar para uma cultura colaborativa na Educação



Andreas Schleicher, diretor de Educação e Competências da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) elogiou os resultados de Portugal no PISA 2015, salientando por outro lado que o nosso país tem ainda muito que fazer em termos de igualdade e inclusão e na "mudança para uma cultura colaborativa na Educação".

Começando por abordar as grandes mudanças na sociedade nos últimos quinze anos, Schleicher fez uma intervenção de fundo sobre os aspetos positivos e negativos de alguns sistemas educativos do mundo, sublinhando que os resultados do PISA "são fruto de um esforço coletivo" e que "mesmo os melhores exemplos, como o de Singapura, estão em constante renovação".

Para Schleicher, Portugal é um país de alto desempenho, mas de baixa equidade, o que acarreta elevados custos sociais. Nas suas palavras, "a pobreza não é

um destino" e o nosso país tem que repensar a sua cultura de retenção e, sobretudo, onde e em que investir em Educação.

"As famílias pobres só têm a escola como meio de melhorarem a sua vida. Mas muitas vezes têm os professores menos qualificados, não pode ser", sublinhou o diretor da OCDE. "Estes alunos têm que ter os melhores professores e os melhores diretores". Em sua opinião, as famílias pobres são quem mais precisa do pré-escolar, mas na prática o que acontece é o contrário.

Um especial relevo foi dado à importância dos professores e a oportunidades de um bom desenvolvimento do seu profissionalismo. "É preciso colocar uma motivação interna na profissão, através de Autonomia, Redes e Conhecimento", frisou o orador. "E os professores têm de ter um verdadeiro feedback do seu trabalho", rematou.

Schleicher realçou que os melhores resultados provêm da quantidade e da qualidade da aprendizagem. Mas uma diferença entre a China e o nosso país é que os chineses investem na Educação para o futuro do país enquanto Portugal investe na Educação para o dia de hoje.

“Os países usam os recursos de modo muito diferente. É necessário dar tempo aos professores para colaborarem entre si, para desenvolverem a carreira, para estarem com os alunos, com os pais, com as comunidades educativas. O segredo do sucesso de Changai tem que ver com a cooperação entre professores e com a contribuição que cada um empresta aos outros e à própria profissão”.

Para Schleicher há duas perguntas essenciais: como podemos atrair os melhores professores? E quais são as condições necessárias para que eles possam evoluir mais e melhor nas suas carreiras? Do outro lado da questão, ele sublinhou que na maior parte dos países as escolas públicas são melhores que as privadas, se tirarmos a questão da origem social dos alunos. Porém os professores continuam a dar muito foco à memorização, repetição e a exercícios de rotina. Onde no passado tínhamos gestão hoje precisamos de uma liderança distribuída.

O diretor da OCDE falava na abertura do seminário "PISA, Avaliação, Resultados, Desafios", organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, e que decorreu, em 10 de fevereiro de 2017, no Auditório da Escola Secundária Camões, em Lisboa.

A seguir à intervenção de Andreas Schleicher decorreu um debate entre cinco ex-ministros da Educação: David Justino, Maria do Carmo Seabra, Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada e Nuno Crato.

Maria de Lurdes Rodrigues reconheceu que o modelo de avaliação que tentou impor aos professores foi mal sucedido e falhou e que precisamos de procurar novos instrumentos para melhorar a qualidade do sistema educativo: “O efeito pré-escolar é muito impor-

tante, mas nada está garantido para as gerações futuras”, realçou.



Maria de Lurdes Rodrigues reconheceu o falhanço do seu modelo de avaliação de professores

A moderação coube ao também ex-ministro da Educação Eduardo Marçal Grilo, para quem um dos grandes responsáveis pelos sucessos dos recentes resultados de Portugal no PISA 2015 foi a sociedade portuguesa ter assumido uma cultura de avaliação e de exigência.



Para Marçal Grilo o sucesso dos resultados de Portugal no PISA 2015 beneficiaram da sociedade portuguesa ter assumido uma cultura de avaliação e de exigência

Nova avaliação da OCDE recomenda investimentos adicionais em competências



De acordo com um relatório de avaliação preliminar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) as reformas globais do mercado de trabalho de Portugal entre 2011 e 2015 contribuíram para a criação de emprego e redução do desemprego, mas o país deve focar-se nas reformas para enfrentar os desafios.

O relatório "Reformas do Mercado de Trabalho em Portugal 2011-2015" (de 19 de janeiro 2017) sublinha que houve melhorias significativas nas taxas de emprego e desemprego, mas que a taxa de desemprego juvenil em Portugal era de 28,4% em novembro de 2016. Além disso, o mercado de trabalho continua a ser fortemente dividido entre trabalhadores com contratos permanentes e trabalhadores temporários.

O relatório sugere assim uma série de áreas adicionais em que as reformas seriam necessárias e que encorajariam o aumento de contratos permanentes, o combate à "profunda segmentação" do mercado de trabalho e ajudariam a reduzir potenciais litígios entre empregadores e trabalhadores.

Esta avaliação preliminar também defende que a rede de segurança do desemprego deve ser reforçada através da extensão da cobertura de benefícios a mais trabalhadores, mas que desincentivos adicionais ao trabalho inerentes ao sistema atual devem ser removidos para que o desemprego de longa duração seja efetivamente enfrentado.

Entre as sugestões da OCDE para melhorar o desempenho do mercado de trabalho em Portugal destacam-se a necessidade de retornar para níveis de crescimento mais elevados e mais sustentáveis, novas reformas da regulamentação dos mercados de produtos, melhor acesso ao crédito para as empresas, uma redução dos custos não salariais dos empregadores e investimentos adicionais em competências e qualificações para uma melhor empregabilidade.

Este relatório surge na sequência do diagnóstico feito em 2015 pela mesma organização a respeito de "Uma Estratégia de Competências para Portugal", em que se identificam 12 desafios para o nosso país, nomeadamente a melhoria da qualidade e da equidade na educação; o reforço da resposta da educação e formação profissional às exigências do mercado de trabalho; e a centralização da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida nos cidadãos pouco qualificados.

Relatório "Labour market reforms in Portugal 2011-2015"

Porto dá pontapé de saída no Projeto III do Diálogo Social

Um seminário na cidade do Porto em 8 de maio de 2017 vai abrir uma série de oito reuniões a realizar em oito países filiados no Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), integradas no chamado Projeto III de capacitação do diálogo social nacional e europeu, numa parceria entre aquela organização e a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE).

O tema escolhido pela FNE para o seminário do Porto é o “Apoio a Professores, Formadores e Líderes Escolares” e saiu do programa de 2016/2017 do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), onde a nossa Federação representa Portugal, através de Joaquim Santos.

Em 14 de fevereiro de 2017, o CSEE acolheu, na sua sede em Bruxelas, a primeira reunião do Grupo Consultivo (GC) do novo projeto "Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação Aspirando a uma Influência Sustentável na Construção da Política Educativa Europeia Através de um Diálogo Social bem Sucedido".

Este projecto é co-financiado pela Comissão Europeia, Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, e é realizado em conjunto pelo CSEE e pela EFEE, que trabalharão nos próximos dois anos com os Parceiros Sociais Setoriais Europeus em Educação.

A reunião inicial do GC permitiu estabelecer o quadro para o programa de trabalho do projeto. O GC é composto por representantes do CSEE e da EFEE, bem como por representantes de oito organizações sindicais membros do CSEE na Dinamarca (DLF), Finlândia (OAJ), Irlanda (IFUT), Itália (UIL Scuola), Luxemburgo (SNE), Malta (MUT), Países Baixos (AOB) e Portugal (FNE).

Durante a duração do projeto, os parceiros sociais nacionais de educação terão a oportunidade de se reunir com os parceiros sociais europeus no âmbito das oito reuniões, a realizar em cada país (Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal - Porto).

Durante as oito reuniões, os parceiros sociais da educação discutem, trocam e debatem temas de grande relevância incluídos no programa de trabalho do ESSDE, na esperança de reforçar as relações entre os parceiros sociais a nível nacional e a nível europeu, reforçando o trabalho do ESSDE com os resultados de cada evento.

A conferência final do projeto será realizada em Sófia, Bulgária, em junho de 2018. Os participantes, de toda a União Europeia, terão a oportunidade de partilhar resultados e lições aprendidas, com vista a avançar o diálogo social europeu para uma próxima fase, com resultados ainda mais eficazes.

O que é o ESSDE?

Em 2004, o CSEE adotou o seu primeiro Plano de Ação para o estabelecimento de um Diálogo Social Setorial Europeu na Educação (ESSDE). Com o apoio da Comissão Europeia foi criada a Federação Europeia de Empregadores na Educação (EFEE) e os dois parceiros apresentaram um Comité de Diálogo Social Setorial na Educação nos termos do Tratado CE, em setembro de 2009.

O Comité foi lançado em 11 de junho de 2010. O CSEE representa sindicatos da educação de 28 países europeus e a EFEE integra a diversidade de empregadores educacionais: ministérios da educação nacionais, associações de autoridades regionais e municipais, agências estatais e associações de líderes escolares.

O lançamento do ESSDE foi um acontecimento histórico e é um elemento crucial para a concretização dos novos objetivos da Estratégia UE 2020, uma vez que reúne os empregadores e os trabalhadores europeus no domínio da educação, para chegarem a acordo sobre os desafios que se colocam ao setor.

Mais de 301 mil jovens Nem Nem em 2016

De acordo com as Estatísticas do Emprego do 4.º trimestre de 2016 do INE (Instituto Nacional de Estatística), num total de 2 263 mil jovens dos 15 aos 34 anos, 294,7 mil deles (13 %) não estavam nem empregados, nem a estudar nem em formação – os chamados jovens Nem Nem.

No trimestre em análise, este grupo era composto, principalmente, por mulheres (50,6%; 149,1 mil), pessoas dos 25 aos 34 anos (60,2%; 177,3 mil), com um nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (46,3%; 136,5 mil) e desempregados (58%; 170,9 mil).

A percentagem de jovens adultos dos 15 aos 19 anos que não tinham um emprego, nem estavam a estudar ou em formação diminuiu 1,5 p.p. (8,9 mil) entre os dois trimestres consecutivos. Entre os restantes dois grupos etários em análise, o maior aumento trimestral na taxa ocorreu para os jovens dos 20 aos 24 anos (0,5 p.p.; 2,0 mil).

Por nível de escolaridade, verificou-se uma diminuição trimestral da taxa entre os que completaram o ensino secundário e pós-secundário (0,6 p.p.; 6,8 mil) ou o ensino superior (0,7 p.p.; 3,6 mil). Já a taxa daqueles que completaram, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico aumentou 0,4 p.p. (3,4 mil).

Relativamente ao 4.º trimestre de 2015, a percentagem de jovens dos 15 aos 34 anos que não estavam empregados, nem a estudar ou em formação, diminuiu 0,6 p.p. (17,7 mil).

Em 2016, 13,2% (301,1 mil) dos jovens entre os 15 e os 34 anos eram Nem Nem. Comparativamente a 2015, a taxa diminuiu 0,3 p.p. (10,7 mil), tendo este decréscimo sido mais pronunciado para as mulheres (0,5 p.p.; 9,7 mil), no grupo etário dos 15 aos 19 anos (1,0 p.p.; 5,5 mil) e entre aqueles que completaram o ensino superior (0,9 p.p.; 3,9 mil).

Em termos de média anual, a taxa de desemprego de 2016 situou-se em 11,1%. A população desempregada, estimada em 573 mil pessoas, diminuiu 11,4% em relação ao ano anterior. A proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses (longa duração) foi de 62,1%, tendo diminuído 1,5 p.p. em relação ao ano de 2015. A taxa de desemprego dos homens (10,4%) foi ligeiramente inferior à das mulheres (10,6%) em 0,2 p.p..

Os jovens Nem Nem são um dos grandes desafios do nosso sistema de educação e formação.



OAJ propõe juramento para professores



O Presidente da OAJ, (ao centro) faz o juramento de Comenius

O sindicato de professores finlandês Opetusalan Ammattijärjestö (OAJ) introduziu um novo juramento para professores, tal como acontece na área da medicina com o juramento de Hipócrates.

O juramento de Comenius delinea os princípios da profissão e sublinha o valor do trabalho docente tendo sido inspirado na obra de Comenius, bispo protestante do século XVI, que identificou a educação como ferramenta vital para alcançar sociedades sustentáveis e pacíficas e exigiu a instituição de princípios de universalidade na educação.

Este juramento foi elaborado por um painel ético independente, que incluiu especialistas finlandeses de educação e filósofos que trabalharam com a OAJ. Na sequência da sua criação, 16 mil professores finlandeses proferiram o juramento de Comenius onde se definem "princípios que os professores devem respeitar como profissionais".

Na opinião do presidente da OAJ, na Finlândia "temos professores altamente qualificados e muito empenhados no seu trabalho, e foi por isso que quisemos ser o primeiro país a lançar este juramento".

O Juramento do Comenius é este:

Como professor(a), estou comprometido(a) a educar a próxima geração, que é uma das tarefas humanas mais importantes. O meu objetivo será o de renovar e transmitir o conhecimento, a cultura e as competências humanas existentes.

Agirei com justiça em tudo o que faço, e promoverei o desenvolvimento dos meus alunos, para que cada indivíduo possa crescer como um ser humano completo de acordo com suas próprias aptidões e talentos.

Vou empenhar-me em ajudar os pais e outras pessoas responsáveis que trabalham com crianças e jovens nas suas funções educacionais.

Não revelarei informações que me sejam comunicadas confidencialmente e respeitarei a privacidade das crianças e dos jovens. Protegerei também a sua integridade física e psicológica.

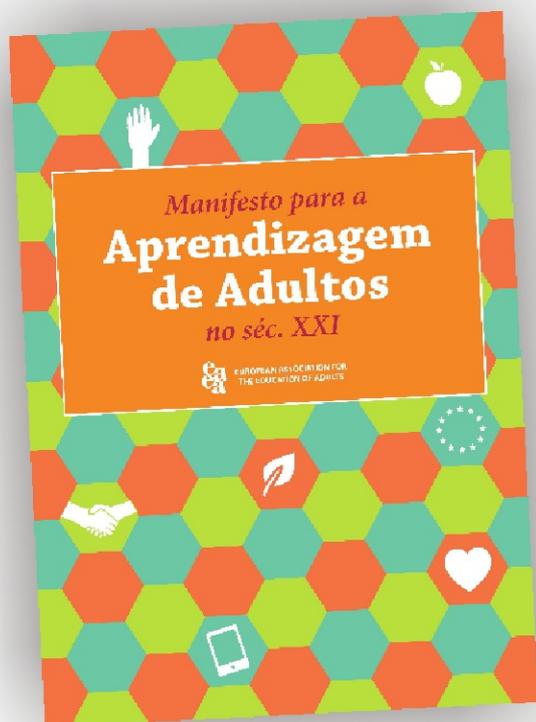
Tentarei proteger as crianças e os jovens sob meu cuidado da exploração política e económica e defenderei os direitos de cada indivíduo de desenvolver as suas próprias crenças religiosas e políticas.

Farei tudo para manter e desenvolver as minhas capacidades profissionais, comprometendo-me com os objetivos comuns da minha profissão e apoiarei os meus colegas no seu trabalho. Agirei no melhor interesse da comunidade em geral e esforçar-me-ei para reforçar o respeito pela profissão docente.

O desejo de Olli Luukkainen, Presidente da OAJ, é que este juramento seja acolhido por todos os professores, na Europa e em todo o mundo.

Alexandre Dias

2017: Ano da Educação de Adultos na Europa



A Associação Europeia para a Educação de Adultos (AEEA, na sigla inglesa) tem em marcha uma campanha no âmbito da celebração do ano de 2017 como o Ano da Educação de Adultos. Com o lema “O Poder e a Alegria de Aprender” a comemoração tem como objetivo demonstrar o impacto e os benefícios da educação e formação de adultos e como estas podem melhorar a vida e as perspetivas dos cidadãos europeus, tanto a nível pessoal como profissional.

As comemorações do ano de 2017 como o Ano da Educação de Adultos baseiam-se no “Manifesto para

a Aprendizagem de Adultos no Século XXI”, publicado pela AEEA, que estabelece sete tópicos de ação capazes de permitir à Europa enfrentar positivamente os desafios do presente e do futuro, no campo das capacidades, competências e conhecimentos necessários.

As sete temáticas englobadas neste documento estratégico são a Cidadania ativa, democracia e participação; Competências de vida para as pessoas; Coesão social, equidade e igualdade; Emprego e informatização; Migração e alteração demográfica; Sustentabilidade e, por fim, a Educação de adultos e as políticas europeias.

O Manifesto destina-se a todos os decisores políticos europeus, nacionais e regionais, e a todos os prestadores de serviços de educação e formação de adultos na Europa.

A AEEA convida todas as organizações europeias a participarem nesta campanha através da partilha de eventos tais como seminários, congressos, destaques na imprensa, divulgação de boas práticas ou outras iniciativas que girem em torno do Manifesto e que promovam os benefícios da educação de adultos.

O Ano da Educação de Adultos irá terminar em dezembro de 2017, com a realização de um evento na cidade de Bruxelas.

Informações adicionais sobre esta campanha podem ser encontradas em:

<http://www.eaea.org/en/policy-advocacy/2017-the-year-of-adult-education-in-europe.html>



The Year of
Adult Education in Europe
2017

James Calleja, Diretor do CEDEFOP

É preciso uma nova teoria do capital humano

James Calleja, diretor do CEDEFOP (Centro Europeu Para o Desenvolvimento da Formação Profissional da União Europeia - UE) afirmou que está na altura de erguermos uma nova teoria do capital humano, que reintegre a aprendizagem e o trabalho, combine uma educação complementar com políticas de emprego e injete um investimento sustentável em competências.

Calleja foi um dos oradores principais da terceira edição do fórum de líderes da Semana da Inovação do Ensino e Formação Profissional e Técnica (TVET) 2017, que decorreu em 10 de janeiro, em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, e que atraiu mais de 500 participantes.

Mercados em mudança

Na UE, o Ensino e Formação Profissional (EFP) está a expandir-se no ensino superior, mas ainda não é uma primeira opção para muitos alunos. Calleja focou também a necessidade de se assegurar que os currículos de TVET tenham uma base ampla, incluam competências-chave e possam servir para programas de aprendizagem ao longo da vida da indústria.

O TVET pode funcionar como um laboratório de investigação aplicada de alto nível e como um centro de incubação de ideias que possam gerar empregos de qualidade e sustentáveis. A inovação e o empreendedorismo não são um domínio exclusivo das universidades, mas "se o empreendedorismo pode ser experimentado mais cedo



James Calleja, Diretor do CEDEFOP (à direita na foto), em conversa com participantes do evento

na vida também pode mudar a mentalidade sobre os empregos e as carreiras".

O TVET de alta qualidade não é barato, mas em vez de despesa "é um investimento". A formação profissional de professores, formadores e mentores faz parte deste processo e as infra-estruturas adequadas devem ser o resultado da colaboração entre parcerias públicas e privadas.

Parceiros desconfortáveis

É pois imprescindível ligar o mundo do trabalho ao da educação, através da colaboração entre as partes interessadas privadas e públicas. Uma manifestação do valor acrescentado desta parceria é a baixa taxa de desemprego.

Há assim que injetar mais investimento público na aprendizagem em contexto de trabalho, particularmente em estágios que podem preencher a lacuna entre os dois setores. "Os empregadores não podem esperar que o capital humano esteja pronto; nem as instituições de formação podem fornecer conteúdo relevante sem a colaboração estreita da indústria".

Desafios chave

Calleja fala em três desafios fundamentais: comparar o investimento na infra-estrutura do TVET com o elevado perfil tecnológico do mercado de trabalho; tornar a educação e o emprego parceiros ao longo da vida e introduzir uma nova teoria do capital humano em que as pessoas são vistas como a grande vantagem competitiva das empresas.



Aos seis anos genialidade é coisa de homens

As raparigas começam a ver-se a si mesmas como crianças menos talentosas a partir dos seis anos de idade, de acordo com um estudo publicado na revista *Science*. Os resultados sugerem que os rapazes de seis anos já são influenciados por estereótipos de género, como a ideia de que o génio ou a inteligência é mais comum entre os homens.

Os autores do estudo, que descreveram os resultados como "devastadores", sugerem ainda que o problema pode piorar com o tempo e afetar as decisões educativas a longo prazo. O estudo, em que participaram 400 crianças, foi uma colaboração das universidades americanas de Princeton, Nova Iorque e Illinois.

Os pesquisadores tiveram grupos de crianças de cinco, seis e sete anos. Inicialmente, eles descobriram que as raparigas e os rapazes acreditavam que seu próprio género era "brilhante". Mas um ano depois, começaram a surgir as diferenças.

Num dos testes, as crianças tinham que descobrir o género de um protagonista "muito, muito inteligente", de uma de quatro imagens: dois homens e duas mulheres. Aos 5 anos, 75 % das crianças associavam a inteligência do protagonista com o seu próprio género. Mas aos 6 anos, 65 % dos rapazes escolhiam o seu género, enquanto apenas 48 % das raparigas escolhiam o seu.

Num outro teste, os investigadores indagaram que género teriam os melhores alunos na escola. A equipa des-

cobriu então que embora as raparigas entre os cinco e os sete anos eram mais propensas a relacionar o seu próprio sexo com boas notas, não relacionavam esses ganhos com a inteligência.

Numa terceira prova, convidaram os rapazes a jogar um novo jogo de mesa. Para alguns descreveram-no como um jogo "para crianças que são muito, muito inteligentes." Para outros, descreveram-no como um jogo "para crianças que estão trabalhando com grande esforço." Aí descobriram que as raparigas entre 6 e 7 anos tinham as mesmas probabilidades que os rapazes de jogar o jogo que exigia muito esforço, mas que estavam muito menos interessadas no jogo infantil "muito inteligente".

O professor Andrei Cimpian referiu que a mensagem que tiramos desses resultados é que as crianças estão expostas à noção cultural de que o génio é uma qualidade mais provável em homens que em mulheres.

"É desanimador ver como esses fatores surgem tão cedo. Quando o verificamos percebemos a grande batalha que temos pela frente". Em estudos anteriores Cimpian tinha analisado as carreiras académicas que estão associadas com a ideia de que é necessário um génio inato para se ter sucesso.

O seu argumento é que quanto maior é a perceção de que se tem que ser um génio - como seguir uma carreira na Física - menor é o número de mulheres a fazerem essa escolha. "Numa

idade adiantada, os estereótipos da sociedade podem fazer a diferença na escolha de uma carreira", diz ele. "Aos cinco, seis ou sete anos não pensamos numa carreira, mas muito cedo começamos a tomar decisões sobre o nosso futuro".

Os investigadores suspeitam que a exposição aos meios de comunicação, professores, pais e outras crianças influenciam essas mudanças na perceção de género.

Christia Spears Brown, professora de psicologia e autora do livro *A Criança além do rosa e do azul*, afirmou que estes resultados confirmam pesquisas anteriores, que descobriram que os pais e professores tendem a atribuir as boas notas na escola aos esforços das raparigas, mas à capacidade natural dos rapazes.

De acordo com Brown, as raparigas interiorizam essas mensagens culturais desde muito cedo no seu desenvolvimento, assumindo que são capazes de se esforçar muito, mas que não são naturalmente inteligentes. E essa crença pode explicar por que razão, apesar de terem boas notas muitos jovens, não escolhem carreiras universitárias nas áreas da física, matemática ou engenharia.

Athene Donals, professora de física experimental na Universidade de Cambridge, realçou que "se quisermos ter no futuro uma mão-de-obra com equilíbrio de género em engenharia, matemática ou física é mais que evidente que intervir nas escolas secundárias já não é suficiente".

Professores não vão ser substituídos por computadores

No âmbito dos impactos da tecnologia na sociedade de hoje e do futuro, que foi debatido na reunião anual do Fórum Económico Social de fins de janeiro de 2017, em Davos, na Suíça, a Fundação Varkey e a Internacional da Educação (IE) organizaram um encontro em comum para abordar esta questão em relação à Educação. Deste modo, Vikas Pota (Fundação Varkey) e Angelo Gavrielatos (EI) abriram e enquadraram a discussão, intitulada "Robôs vs. Humanos: O professor do futuro? Implicações da 4ª Revolução Industrial para os Sistemas Educativos". Gavrielatos referiu-se ao recente relatório de Andreas Schleicher (OCDE) "Computadores e Aprendizagem: Fazendo a Ligação", que alerta contra "muitas falsas esperanças" em relação à tecnologia.

"Não há dúvida", disse ele, "que os avanços tecnológicos terão um papel importante na educação. O processo de ensino e aprendizagem pode ser enriquecido pela integração adequada das novas tecnologias no uso cotidiano nas salas de aula". Mas, continuou ele, a dimensão social e humana do ensino e da aprendizagem depende de professores qualificados como agentes de liderança no desenvolvimento e oferta de oportunidades de vida para o desenvolvimento de toda a criança.



O encontro contou, entre outras, com as intervenções de Rajesh Agrawal (Município de Londres), Anne-Birgitte Albrechtsen (Plan International), Stefano Aversa (Alix Partners), Professor Sir Leszek Borysiewicz (Universidade de Cambridge), Esteban Bullrich (Ministro da Educação da Argentina), Professor Justine

pode substituir os bons professores, mas a tecnologia pode ajudá-los a formar cidadãos globais, que aprendem a conhecer, aprendem a fazer, aprendem a viver juntos e aprendem a ser.

Resumindo as intervenções, Fred van Leeuwen, Secretário-Geral da IE frisou que um claro consenso



Vikas Pota (à direita) e Fred Van Leeuwen (sentado)

Cassell (Carnegie Mellon University), Nicolaus Henke (McKinsey), Salil Shetty (Amnistia Internacional) e Hakubun Shimomura (ex-Ministro da Educação do Japão), que enfatizaram o modo como a tecnologia, se bem empregue, pode ajudar os professores na sua prática letiva, mas nunca os substituindo na sala de aula.

A búlgara Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO, concluiu o debate lembrando a expressão *Um tesouro no interior* de Jacques Delors, e sublinhou que ninguém

surgiu nestas discussões. Quando um processo educativo, baseado em evidências, pode ser levado a cabo com a introdução de novas tecnologias, esta abordagem pode ajudar os professores a enfrentar os desafios.

Fred van Leeuwen finalizou referindo que os benefícios potenciais das novas tecnologias podem ser plenamente realizados "quando os professores e os profissionais qualificados com especialização pedagógica estiverem envolvidos na sua conceção e desenvolvimento".

+ INJUSTIÇAS INJUSTIÇAS INJUSTIÇAS

= CONCURSOS DE PROFESSORES

IMPOSTOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

spzn
Sociedade Portuguesa de
Neurociências

SPZC
Sociedade Portuguesa de
Zooloquia

Sociedade Portuguesa de
Psicologia

SDP
Sociedade Portuguesa de
Psicologia

SDPA
Sociedade Portuguesa de
Psicologia

Sociedade Portuguesa de
Psicologia

SPCL
Sociedade Portuguesa de
Psicologia

fne

FICHA TÉCNICA
fevereiro 2017

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e
Auxiliares de Educação do Sul e Regiões
Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

**produção gráfica
e paginação**
Rafael Marques

fne